

Sim, é genocídio



Por AMOS GOLDBERG

A história judaica será doravante manchada com a marca de Caim pelo “mais horrível dos crimes”, que não pode ser apagado da sua testa

Sim, é genocídio. É tão difícil e doloroso admiti-lo, mas, apesar de tudo isso e apesar de todos os nossos esforços para pensar de outra forma, após seis meses de guerra brutal, não podemos mais evitar esta conclusão. A história judaica será doravante manchada com a marca de Caim pelo “mais horrível dos crimes”, que não pode ser apagado da sua testa. Como tal, é assim que será visto no julgamento da história para as gerações vindouras.

Do ponto de vista jurídico, ainda não se sabe o que a Corte Internacional de Justiça de Haia (CIJ) irá decidir, embora, à luz das suas decisões temporárias até agora e à luz da crescente prevalência de relatórios de juristas, organizações internacionais e jornalistas de investigação, a trajetória do julgamento prospectivo parece bastante clara.

Já em 26 de janeiro, a Corte Internacional de Justiça decidiu por maioria esmagadora (14-2) que Israel pode estar cometendo genocídio em Gaza. Em 28 de março, após a fome deliberada imposta à população de Gaza por Israel, a Corte emitiu ordens adicionais (desta vez por uma votação de 15-1, com a única dissidência vinda do juiz israelense Aharon Barak), apelando a Israel para não negar aos palestinos seus direitos, que são protegidos pela Convenção do Genocídio.

O bem argumentado e fundamentado relatório da Relatora Especial da ONU sobre a Situação dos Direitos Humanos nos Territórios Palestinos Ocupados, Francesca Albanese, chegou a uma conclusão um pouco mais determinada e é outra camada para estabelecer o entendimento de que Israel está na verdade cometendo genocídio. O relatório detalhado e periodicamente atualizado do acadêmico israelense Dr. Lee Mordechai, que recolhe informações sobre o nível de violência israelense em Gaza, chegou à mesma conclusão.

Acadêmicos importantes como Jeffrey Sachs, professor de economia na Universidade de Columbia (e um judeu com atitude calorosa em relação ao sionismo tradicional), com quem chefes de estado de todo o mundo consultam regularmente sobre questões internacionais, falam do genocídio israelense como algo tomado por garantido.

Relatórios investigativos excelentes, como os de Yuval Avraham, em *Local Call*, e especialmente a sua recente investigação dos sistemas de inteligência artificial utilizados pelos militares na seleção de alvos e na execução dos assassinatos, aprofundam ainda mais esta acusação. O fato de os militares terem permitido, por exemplo, o assassinato de 300 pessoas inocentes e a destruição de um bairro residencial inteiro para eliminar um comandante de brigada do Hamas mostra que os alvos militares são alvos quase casuais para matar civis e que cada palestino em Gaza é um alvo para matar. Esta é a lógica do genocídio.

Sim. Eu sei, eles são todos antissemitas ou judeus que odeiam a si mesmos. Somente nós, israelenses, cujas mentes são alimentadas pelos anúncios do porta-voz das FDI e expostas apenas às imagens peneiradas para nós pela mídia israelense,

a terra é redonda

vemos a realidade como ela é. Como se uma literatura interminável não tivesse sido escrita sobre os mecanismos de negação social e cultural das sociedades que cometem graves crimes de guerra. Israel é realmente um caso paradigmático de tais sociedades, um caso que ainda será ensinado em todos os seminários universitários do mundo que tratam do assunto.

Serão necessários vários anos até que o tribunal de Haia emita o seu veredicto, mas não devemos olhar para a situação catastrófica apenas através de lentes jurídicas. O que está acontecendo em Gaza é genocídio porque o nível e o ritmo dos assassinatos indiscriminados, da destruição, das expulsões em massa, dos deslocamentos, da fome, das execuções, do aniquilamento de instituições culturais e religiosas, do esmagamento das elites (incluindo o assassinato de jornalistas) e da desumanização abrangente dos palestinos cria um quadro geral de genocídio, de um esmagamento deliberado e consciente da existência palestina em Gaza.

Da forma como normalmente entendemos tais conceitos, a Gaza palestina como um complexo geográfico-político-cultural-humano já não existe. Genocídio é a aniquilação deliberada de um coletivo ou de parte dele - não de todos os seus indivíduos. E é isso que está acontecendo em Gaza. O resultado é, sem dúvida, genocídio. As numerosas declarações de extermínio por parte de altos funcionários do governo israelense e o tom geral de extermínio no discurso público, corretamente apontado pela colunista do *Haaretz*, Carolina Landsman, indicam que esta também era a intenção.

Os israelenses pensam erradamente que para ser visto como genocídio é necessário que se pareça com o Holocausto. Imaginam comboios, câmaras de gás, crematórios, fossos de matança, campos de concentração e extermínio e a perseguição sistemática até a morte de todos os membros do grupo de vítimas até o último. Uma ocorrência como esta não ocorreu de fato em Gaza. De forma semelhante ao que aconteceu no Holocausto, a maioria dos israelenses também imagina que o coletivo das vítimas não está envolvido em atividades violentas ou conflitos reais e que os assassinos as exterminam por causa de uma ideologia insana e sem sentido. Este também não é o caso de Gaza.

O ataque brutal do Hamas em 7 de Outubro foi um crime hediondo e terrível. Cerca de 1.200 pessoas foram mortas ou assassinadas, incluindo mais de 850 civis israelenses (e estrangeiros), incluindo muitas crianças e idosos, cerca de 240 israelenses vivos foram raptados para Gaza e foram cometidas atrocidades como estupro. Este é um acontecimento que terá efeitos traumáticos profundos, catastróficos e duradouros durante muitos anos, certamente para as vítimas diretas e os seus círculos imediatos, mas também para a sociedade israelense como um todo. O ataque forçou Israel a responder em legítima defesa.

No entanto, embora cada caso de genocídio tenha um caráter diferente, no âmbito e nas características dos assassinatos, o denominador comum da maioria deles é que foram realizados a partir de um autêntico sentimento de autodefesa. Legalmente, um evento não pode ser ao mesmo tempo autodefesa e genocídio. Estas duas categorias jurídicas são mutuamente exclusivas. Mas, historicamente, a autodefesa não é incompatível com o genocídio, é geralmente uma das suas principais causas, se não for a principal.

Em Srebrenica - onde o Tribunal Penal Internacional (TPI) para a ex-Yugoslávia determinou, em dois níveis diferentes que ocorreu um genocídio em julho de 1995 - "apenas" cerca de 8.000 homens e jovens muçulmanos bósnios, com mais de 16 anos, foram assassinados. As mulheres e crianças já tinham sido expulsas anteriormente.

As forças sérvias da Bósnia foram responsáveis pelos assassinatos, a sua ofensiva ocorreu no meio de uma sangrenta guerra civil, durante a qual ambos os lados cometaram crimes de guerra (embora imensamente mais por parte dos sérvios) e que eclodiu na sequência de uma decisão unilateral dos croatas e muçulmanos da Bósnia romper com a Jugoslávia e estabelecer um estado bósnio independente, no qual os sérvios eram uma minoria.

Os sérvios bósnios, com memórias sombrias de perseguições e assassinatos na Segunda Guerra Mundial, sentiram-se ameaçados. A complexidade do conflito, em que nenhuma das partes era inocente, não impediu o TPI de reconhecer o massacre de Srebrenica como um ato de genocídio, que excedeu os restantes crimes de guerra cometidos pelas partes,

a terra é redonda

uma vez que estes crimes não podem justificar o genocídio. O tribunal explicou que as forças sérvias destruíram intencionalmente, através de assassinato, expulsão e destruição, a existência bósnio-muçulmana em Srebrenica. Hoje, aliás, os muçulmanos bósnios vivem lá novamente e algumas das mesquitas que foram destruídas foram reconstruídas. Mas o genocídio continua a assombrar tanto os descendentes dos assassinos como as vítimas.

O caso de Ruanda é totalmente diferente. Ali, durante muito tempo, como parte da estrutura de controle colonial belga, baseada em dividir para governar, o grupo minoritário Tutsi governou e oprimiu o grupo majoritário Hutu. Contudo, na década de 1960 a situação inverteu-se e, após a sua independência da Bélgica em 1962, os Hutu assumiram o controle do país e adotaram uma política opressiva e discriminatória contra os Tutsis, desta vez também com o apoio das antigas potências coloniais.

Gradualmente, esta política tornou-se intolerável e uma guerra civil brutal e sangrenta eclodiu em 1990, começando com a invasão de um exército tutsi, a Frente Patriótica do Ruanda, composta principalmente por tutsis que fugiram de Ruanda após a queda do domínio colonial. Como resultado, aos olhos do regime Hutu, os Tutsis tornaram-se coletivamente identificados com um verdadeiro inimigo militar.

Durante a guerra, ambos os lados cometem crimes graves em solo ruandês, bem como em solo de países vizinhos para os quais a guerra se estendeu. Nenhum dos lados era absolutamente inocente ou absolutamente mau. A guerra civil terminou com os Acordos de Arusha, assinados em 1993, que deveriam envolver o povo tutsi em instituições governamentais, no exército e em estruturas estatais.

Mas estes acordos fracassaram e, em abril de 1994, o avião do presidente Hutu do Ruanda foi abatido. Até hoje não se sabe quem derrubou o avião e acredita-se que, na verdade, eram combatentes hutus. No entanto, os Hutu estavam convencidos de que o crime tinha sido cometido por combatentes da resistência Tutsi e isto foi visto como uma ameaça genuína para o país. O genocídio tutsi estava a caminho. A justificativa oficial para o ato de genocídio foi a necessidade de remover a ameaça da existência tutsi de uma vez por todas.

O caso dos Rohingya, que a administração de Joe Biden reconheceu recentemente como genocídio, é novamente muito diferente. Inicialmente, após a independência de Mianmar (antiga Birmânia) em 1948, os muçulmanos Rohingya eram vistos como cidadãos iguais e parte de uma entidade nacional majoritariamente budista. Mas ao longo dos anos e especialmente após o estabelecimento da ditadura militar em 1962, o nacionalismo birmanês foi identificado com vários grupos étnicos dominantes, que eram principalmente budistas, dos quais os Rohingya não eram membros.

Em 1982 e posteriormente, foram promulgadas leis de cidadania, privando a maioria dos Rohingya da sua cidadania e dos seus direitos. Eles eram vistos como estrangeiros e como uma ameaça à existência do Estado. Os Rohingya, entre os quais existiram pequenos grupos rebeldes no passado, fizeram um esforço para não serem arrastados para a resistência violenta, mas em 2016 muitos sentiram que não podiam impedir sua privação de direitos, a repressão, a violência estatal e das multidões contra eles, e a sua gradual expulsão e um movimento clandestino Rohingya atacou as delegacias de polícia de Mianmar.

A reação foi brutal. Os ataques das forças de segurança de Mianmar expulsaram a maioria dos Rohingya das suas aldeias, muitos foram massacrados e as suas aldeias foram completamente destruídas. Quando, em março de 2022, o Secretário de Estado Antony Blinken leu a declaração no Museu do Holocausto em Washington reconhecendo que o que foi feito aos Rohingya foi um genocídio, ele disse que, em 2016 e 2017, cerca de 850.000 Rohingya foram deportados para Bangladesh e cerca de 9.000 deles foram assassinados.

Isto foi suficiente para reconhecer o que foi feito aos Rohingya como a oitava ocorrência deste tipo que os Estados Unidos consideram um genocídio, fora o Holocausto. O caso Rohingya nos lembra o que muitos estudiosos do genocídio estabeleceram em termos de investigação e que é muito relevante para o caso de Gaza: uma ligação entre limpeza étnica e genocídio.

a terra é redonda

A ligação entre os dois fenômenos é dupla e ambos são relevantes para Gaza, onde a grande maioria da população foi expulsa dos seus locais de residência e só a recusa do Egito em absorver massas de palestinos no seu território os impediu de deixar Gaza. Por um lado, a limpeza étnica sinaliza a vontade de eliminar o grupo inimigo a qualquer custo e sem compromisso e, portanto, facilmente desliza para o genocídio ou faz parte dele. Por outro lado, a limpeza étnica geralmente cria condições que permitem ou causam (por exemplo, doenças e fome) o extermínio parcial ou total do grupo de vítimas.

No caso de Gaza, as “zonas de refúgio seguro” tornaram-se muitas vezes armadilhas mortais e zonas de extermínio deliberado e nestes refúgios Israel deliberadamente mata a população de fome. Por esta razão, há muitos comentadores que acreditam que a limpeza étnica é o objetivo dos combates em Gaza.

O genocídio dos armênios durante a Primeira Guerra Mundial também teve um contexto. Durante os anos de declínio do Império Otomano, os armênios desenvolveram a sua própria identidade nacional e exigiram autodeterminação. O seu caráter religioso e étnico distinto, bem como a sua localização estratégica na fronteira entre os impérios otomano e russo, fizeram deles uma população perigosa aos olhos das autoridades otomanas.

Horríveis surtos de violência contra os armênios ocorreram já no final do século XIX e, portanto, alguns armênios eram de fato simpáticos aos russos e viam-nos como potenciais libertadores. Pequenos grupos armênio-russos até colaboraram com o exército russo contra os turcos, apelando aos seus irmãos do outro lado da fronteira para se juntarem a eles, o que levou a uma intensificação do sentimento de ameaça existencial aos olhos do regime otomano. Este sentimento de ameaça, que se desenvolveu durante uma crise profunda do império, foi um fator importante no desenvolvimento do genocídio armênio, que também iniciou um processo de expulsão.

O primeiro genocídio do século XX também foi executado a partir de um conceito de autodefesa dos colonos alemães contra os povos herero e nama no sudoeste da África (atual Namíbia). Como resultado da severa repressão por parte dos colonos alemães, os habitantes locais rebelaram-se e num ataque brutal e assassinaram cerca de 123 (talvez mais) homens desarmados. A sensação de ameaça na pequena comunidade de colonos, que contava com apenas alguns milhares, era real e a Alemanha temia ter perdido a sua dissuasão face aos nativos.

A resposta foi de acordo com a ameaça percebida. A Alemanha enviou um exército liderado por um comandante desenfreado e também lá, por um sentimento de autodefesa, a maioria destes membros tribais foram assassinados entre 1904 e 1908 – alguns por morte direta, alguns sob condições de fome e sede impostas a eles pelos alemães (novamente por deportação, desta vez para o deserto de Omaka) e alguns em cruéis internações e campos de trabalhos forçados. Processos semelhantes ocorreram durante a expulsão e extermínio de povos indígenas na América do Norte, especialmente durante o século XIX.

Em todos estes casos, os perpetradores do genocídio sentiram uma ameaça existencial, mais ou menos justificada, e o genocídio veio em resposta. A destruição do coletivo de vítimas não foi contrária a um ato de legítima defesa, mas sim a um autêntico motivo de legítima defesa.

Em 2011, publiquei um pequeno artigo no jornal *Haaretz* sobre o genocídio no sudoeste da África, concluindo com as seguintes palavras: “Podemos aprender com o genocídio herero e nama como a dominação colonial, baseada num sentido de superioridade cultural e racial, pode repercutir, face à rebelião local, em crimes horríveis como a expulsão em massa, a limpeza étnica e o genocídio. O caso da rebelião herero deveria servir como um terrível sinal de alerta para nós aqui em Israel, que já conheceu uma *Nakba* em sua história”.

***Amos Goldberg** é professor no Departamento de História Judaica na Universidade Hebraica de Jerusalém. Autor entre outros livros, de *VeZcharta — And Thou Shalt Remember: Five Critical Readings in Israeli Holocaust Remembrance (Resling)*.

a terra é redonda

Tradução: **Sean Purdy**.

Publicado originalmente no site [The Palestine Project](#).

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[**CONTRIBUA**](#)

A Terra é Redonda